



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

## Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013



### **EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL E EM PORTUGAL: PERCURSOS E PERSPECTIVAS**

Setembro/2013

Eixo temático: Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUCSP- CAPES  
ABDULMASSIH, Marília Beatriz Ferreira  
[mariliaabdulmassih@yahoo.com.br](mailto:mariliaabdulmassih@yahoo.com.br)  
Comunicação Oral.Texto completo.

#### **RESUMO**

Os debates atuais sobre a ampliação do tempo de permanência dos estudantes nas instituições escolares trazem novamente em cena os questionamentos sobre a formação integral desses estudantes e as definições controversas do que seja realmente uma Educação Integral. Diante disso, a presente pesquisa de doutorado, ainda em fase de desenvolvimento, teve uma parte realizada durante o período em que fizemos o estágio científico avançado em nível de doutoramento, na Universidade do Minho em Portugal, através do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior - PDSE, financiado pela CAPES e tem por objetivo desenvolver um estudo dos programas de ampliação da jornada escolar numa perspectiva de educação integral, através da análise do Programa Mais Educação no Brasil e Programa Escola a Tempo Inteiro em Portugal. Para efetivação da pesquisa, que será finalizada em um capítulo da tese, optamos pela utilização dos pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa qualitativa, utilizando como estratégia de investigação, o estudo de caso. A coleta de dados em Portugal foi realizada através de análise documental, entrevistas semi-estruturadas e observação indireta nas escolas de educação básica, pertencentes a um agrupamento. Numa pequena reflexão, pois ainda estamos em fase de estudos, podemos acreditar que apesar das dificuldades encontradas e das experiências bem sucedidas dos dois países, a ampliação do tempo pedagógico permitiu à escola, enquanto espaço social de apropriação, elaboração e reelaboração de conhecimento, incorporar em seu currículo, principalmente em Portugal, atividades para o desenvolvimento de competências cognitivas e atitudinais necessárias para uma formação cidadã.

**Palavras- chave:** Educação Integral. Escola. Programa Mais Educação.



## INTRODUÇÃO

A educação é um processo de formação do ser humano que contribui para que ele amplie a compreensão de si mesmo e do mundo, por meio da construção de novos conhecimentos, valores, atitudes e habilidades.

Os debates atuais sobre a ampliação do tempo de permanência dos estudantes nas instituições escolares trazem novamente em cena os questionamentos sobre a formação integral desses estudantes e as definições controversas do que seja realmente uma Educação Integral.

A partir dos debates atuais sobre a temática da Educação Integral, surge em nós o interesse por essa pesquisa, que teve parte da investigação realizada durante o período do nosso estágio científico avançado, na Universidade do Minho em Portugal, através do programa de doutorado Sanduíche no exterior, financiado pela CAPES.

A presente pesquisa, que será efetivada em um capítulo da tese, ainda em início, teve por objetivo desenvolver um estudo dos programas de ampliação da jornada escolar numa perspectiva de educação integral, através da análise do Programa Mais Educação no Brasil e do Programa Escola a Tempo Inteiro, em Portugal.

Alimentamos a crença numa educação que só progredirá, quando abandonarmos o espírito de servos do Estado vigente, colocando-nos a serviço das forças progressistas, nos integrando ao povo, participando de sua prática, repensando e recriando a educação, a partir das experiências do nosso aprendizado teórico e prático. Assim, poderemos falar em produção e conhecimento, em construirmos o saber a partir da relação entre o sujeito e a pluralidade da realidade em que está inserida a escola.

Diante do mundo globalizado e dos desajustes sociais, em decorrência desse mundo novo que se transforma a cada instante, a escola hoje passa por redefinições de papéis, inclusive o seu próprio e o de todos e todas que nela interagem.

As escolas são hoje chamadas a assumir funções mais amplas nas sociedades contemporâneas! É inevitável que assim seja, apesar de ser necessário reconhecer que algumas das reivindicações que têm tido a instituição escolar como alvo são, porventura excessivas e, como tal, são imprevidentes no momento em que tendem a descaracterizar a instituição escolar como uma instituição de natureza cultura. (COSME; TRINDADE, 2007, p.13).



Corroborando com os autores, as escolas hoje tendem a assumir também funções de caráter assistencialista, uma vez que atendem e auxiliam sem ônus as famílias que não têm onde deixar seus filhos durante a jornada de trabalho.

Para Pacheco (2000), a socialização do sujeito é uma das finalidades da escola, e servirá para prepará-lo para a sociedade, fornecendo-lhe hábitos de trabalho e habilidades intelectuais e manuais. A escola desempenha obrigatoriamente, a função de socialização global e de educação geral.

A escola é, assim, a agência de socialização na qual as crianças experimentam pela primeira vez, um sistema institucionalizado de diferenciação com base na realização individual, o qual procura incutir a aceitação das regras de competição próprias da estrutura social e econômica. (AFONSO, 1998, p.39).

Foi nesse momento muito particular, um momento em que se discute a crise na e da educação escolar, onde a escola repensa sua ação, sua prática, sua organização e suas concepções, e no entendimento de que a escola é perpassada por diferentes realidades, que tivemos a possibilidade de ver que o mundo escolar é muito mais plural do que se imagina.

Muito embora os discursos sobre a crise da educação escolar sejam tão antigos como a própria Escola, os fatores supostamente geradores da atual crise são hoje mais amplos e heterogêneos. Talvez mais do que em qualquer outra época, as referências à crise da educação escolar no contexto atual remetem (implícita e explicitamente) para condicionantes econômicos, sociais e político-ideológicos muito diversificados, e conseqüentemente, as explicações produzidas e divulgadas são hoje mais heterogêneas e contraditórias. (AFONSO. 2012a, p.15).

Uma nova fase se iniciara e dentro do contexto da análise da escola, de seus problemas, de seus avanços, de seus recuos, da sua avaliação, da questão da oferta de oportunidades iguais para todos, e das políticas públicas, é que despertamos o interesse por este estudo.

As questões da melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem dos alunos, analisadas a partir de programas governamentais de avaliação de desempenho, vêm sendo discutidas em âmbito mundial.



As funções da avaliação têm que ser, por isso, compreendidas no contexto das mudanças educacionais e das mudanças econômicas e políticas mais amplas. Aliás, a avaliação é ela própria uma atividade política como se constata, por exemplo, quando se estuda e pratica a investigação avaliativa, nomeadamente pela análise sociológica de programas educacionais e de políticas públicas. (AFONSO, 1998, p.32).

O discurso referente à qualidade da educação pública assume como base também na atualidade, os resultados das avaliações externas.

Nesta modalidade de avaliação, os resultados quantificáveis (por exemplo, os que se referem ao domínio cognitivo e instrumental) tornam-se mais importantes do que os que se referem a outros domínios ou outras aprendizagens. (AFONSO, 1998, p. 53).

Podemos destacar com relevância que a qualidade da educação, objeto constante de análise nas políticas educacionais nas últimas décadas, sendo mensurada somente por índices, acaba sendo simplificada, já que inúmeros aspectos e fatores relevantes para uma educação de qualidade ficam à margem de tal medição.

O conceito de qualidade que costura tais propostas tem como única alternativa a normalização dos sujeitos, culturas, processos e práticas, ou seja, exclusão da diferença, negação da alteridade, ajuste do outro às identidades fixadas pelo modelo hegemônico e segregação daqueles que não se conformam às normas. (ESTEBAN, 2010, p. 47).

A partir dos resultados obtidos nas análises dos programas de avaliação de desempenho, nas análises do fracasso e do insucesso escolar, e na busca de ofertas de oportunidades iguais para todos, ganham força também, as políticas de ampliação de jornada escolar como fator relevante à melhoria a qualidade do ensino.

Para Pires (2012), “ganha força normativa a ideia de que uma maior permanência dos alunos num contexto escolar e enquadrados em atividades com a intencionalidade educativa conduz à melhoria dos resultados escolares”.

As temáticas de ampliação da jornada escolar, das discussões sobre educação integral, tempo integral, vêm ganhando espaço no debate educacional, principalmente com a implementação de várias ações do poder público e da sociedade civil, e carregam novas concepções de educação, conduzindo uma ressignificação de vários aspectos do



contexto escolar, sejam o papel da escola, o tempo e o espaço, a gestão, a prática pedagógica, a avaliação, o financiamento, a formação docente e até mesmo a organização curricular.

A vitalidade da Educação Integral ou em tempo integral se manifesta nas políticas públicas e em projetos emanados de organizações não governamentais, movimentos sociais e mesmo instituições privadas; lembrando-se que tempo integral ou ampliação de jornada escolar não significam necessariamente Educação Integral.

Gerando bastante controvérsia, a definição de Educação Integral, às vezes, é utilizada por alguns autores para a expressão da educação conectada às várias dimensões dos saberes, caracterizando uma educação multidimensional.

A ampliação da jornada escolar, apesar de prevista nas legislações, não garante uma formação integral do estudante, mas pode propiciar oportunidades para que esta Educação Integral aconteça.

## **CONCEITUALIZANDO O PROGRAMA “MAIS EDUCAÇÃO” E A “ESCOLA A TEMPO INTEIRO”**

Alguns Programas que visam à ampliação da jornada escolar estão em desenvolvimento, respectivamente, no Brasil através do Programa “Mais Educação” – instituído pela Portaria Interministerial n. 17/2007; e o Programa “Escola a Tempo Inteiro”, em Portugal, instituído pelo Despacho n. 12 591/ 2006 do Ministério da Educação de Portugal e orientado pelo Despacho n. 14 460/2008, de 26 de Maio, que revogou as publicações anteriores.

Tendo em vista a intensificação dos debates acerca da educação integral e da jornada integral, bem como a criação de programas governamentais, em diferentes países, para o desenvolvimento de propostas curriculares em tempo estendido na escola básica, surgiu em nós a vontade de conhecer e analisar, os Programas Mais Educação no Brasil e Escola a Tempo Inteiro em Portugal.

Os dois programas apresentam perspectivas de educação integral / tempo integral, voltados à ampliação da jornada escolar, para ocupação plena dos tempos escolares e à criação de oportunidades iguais para todos. Tais programas se inserem no contexto das políticas públicas globais de educação, orientadas pelas diretrizes gerais



dos organismos internacionais como a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e o Banco Mundial, entendidas como mecanismos para melhorar a “qualidade” da educação escolar, aferidas em avaliações de larga escala.

O Programa Escola a Tempo Inteiro (E.T.I) surge através de um conjunto de experiências abrangidas pelas designadas Atividades de Enriquecimento Curricular (A.E.C.) e procura assim responder às necessidades das famílias, garantindo aos seus educandos um serviço educativo de qualidade e apoio ao estudo ao longo de todo o período escolar.

No caso brasileiro, por exemplo, o Programa “Mais Educação<sup>1</sup>”, que representa na atualidade o principal programa do governo federal para implantação da educação em tempo integral na escola básica brasileira, prioriza escolas com fraco desempenho (medido pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação), e visa, prioritariamente, de acordo com a portaria que o instituiu, *“contribuir para a redução da evasão, da reprovação, da distorção idade/série, mediante a implementação de ações pedagógicas para melhoria de condições para o rendimento e o aproveitamento escolar”*.

Apesar de prevista e amparada legalmente, a ampliação da jornada escolar começa a ter destaque e ser intensificada nas políticas educacionais a partir de 2007, com o Programa Mais Educação.

Em 14 de outubro de 1986, Portugal aprova a sua primeira Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), a partir daí várias medidas foram implementadas nas áreas

---

<sup>1</sup> O Programa Mais Educação foi instituído pela Portaria Interministerial n. 17/2007 e integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial entre as políticas públicas educacionais e sociais, contribuindo, desse modo, tanto para a diminuição das desigualdades educacionais, quanto para a valorização da diversidade cultural brasileira. Por isso, coloca em diálogo as ações empreendidas pelos Ministérios da Educação – MEC, da Cultura – MINC, do Esporte – ME, do Meio Ambiente – MMA, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, da Ciência e da Tecnologia – MCT e, também da Secretaria Nacional de Juventude e da Assessoria Especial da Presidência da República, essa última por meio do Programa Escolas-Irmãs, passando a contar com o apoio do Ministério da Defesa, na possibilidade de expansão dos fundamentos de educação pública.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesse e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.



de administração, gestão e da organização curricular.

No final dos anos 90 os estabelecimentos de ensino são agrupados e constituídos em agrupamento de escolas. O alargamento do horário de funcionamento das escolas do 1º ciclo do ensino básico, a implementação da língua inglesa nos 3º e 4º ciclos, também foram medidas implementadas, e no final do ano letivo de 2006/2007, é implementada a legislação sobre as atividades de enriquecimento curricular.

A escola a Tempo Inteiro coloca o desafio da integração curricular de dois tempos e momentos; o letivo curricular obrigatório, assegurado pelo Estado e o não letivo, de enriquecimento curricular, de frequência facultativa assegurado pela autarquia sobre o financiamento do Estado.

Todo o trabalho de coleta de dados em Portugal foi efetivado para um capítulo da tese ainda em construção: *“Políticas Educacionais e Ampliação da Jornada Escolar Programa Mais Educação e Escola a Tempo Inteiro: Uma perspectiva comparada Brasil e Portugal”* e tem como objetivo *“desenvolver (...) um estudo das políticas públicas de ampliação da jornada escolar no Brasil e em Portugal”*.

A pesquisa está sendo desenvolvida dentro dos pressupostos teórico-metodológicos de uma pesquisa qualitativa, pois pretendemos analisar mais profundamente aspectos da realidade escolar:

A pesquisa qualitativa recobre, hoje, um campo transdisciplinar, envolvendo as ciências humanas e sociais, assumindo tradições ou multiparadigmas de análise, derivadas do positivismo, da fenomenologia, da hermenêutica, do marxismo, da teoria crítica, do construtivismo, e adotando multimétodos de investigação para o estudo do fenômeno no situado local em que ocorre, e enfim, procurando tanto encontrar sentido desse fenômeno quanto interpretar os significados que as pessoas dão a eles. (CHIZZOTTI, 2011, p. 28).

O autor ressalta também que o termo qualitativo implica partilha densa com pessoas, fatos locais que constituem objetos de pesquisa.

Diante de toda a abordagem ou estratégia de pesquisa qualitativa em educação, apesar de polêmicas e controvérsias, utilizaremos o estudo de caso como estratégia por considerar que:



O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisa que coletam e registram dados de um caso particular, ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora. (CHIZZOTTI, 2008, p. 102).

Caracterizada como estudo de caso, esta pesquisa visou investigar em Portugal um agrupamento composto por seis escolas que oferecem a modalidade de ensino Jardim de Infância, Escola Básica 1, Escola Básica 2, Escola Básica 3 e, Ensino Secundário que compõem o agrupamento.

Ainda sobre os procedimentos de coleta de dados, apresentamos um roteiro dos aspectos que foram observados nas escolas selecionadas para os estudos de caso e indicar os participantes das entrevistas a serem realizadas tanto no Brasil, mas principalmente que foram realizadas em Portugal, foco do nosso estudo neste momento em decorrência do período do estágio científico avançado.

Até o presente momento estamos utilizando, conforme a orientação de Yin (2005), como fonte de evidências, a análise documental através de documentos do Ministério da Educação, os registros em arquivos, entrevistas semiestruturadas, observação indireta.

Quanto à análise documental, um maior destaque foi dado à leitura dos documentos oficiais do Ministério da Educação e Ciência de Portugal, a fim de garantir, com objetividade, a consecução dos objetivos propostos durante o relativamente curto período de nossa permanência em Portugal (fevereiro a maio de 2013).

Os portais do governo de Portugal, especialmente do Ministério da Educação e Ciência, através de documentos oficiais, livros, teses de doutoramento, dentre outros, constituíram-se como uma das principais fontes de dados.

Acreditamos que a compreensão da educação se dê por meio da entrada na escola e pelo conhecimento adquirido na investigação daqueles que vivem na escola, para identificação de que espaço é este e que momento é este. Por isso fomos à escola, ou às escolas.

Para iniciarmos a construção do nosso conhecimento acerca de que escola é essa, no caso, das escolas portuguesas, a “Escola a Tempo Inteiro” e o que são as atividades de



enriquecimento curricular, começamos por tentar compreender o que foi e o que é o agrupamento de escolas e o porquê da “Escola a Tempo Inteiro”.

Durante o período do Estágio Científico Avançado, doutorado sanduíche como é conhecido no Brasil, vimo-nos envolvidos também, em uma realidade totalmente nova e desconhecida, como foi o caso da cultura cigana e da educação das crianças ciganas.

Ressaltando em tempo que a diáspora nunca foi nosso foco de estudo, aqui em Portugal foi a primeira vez que tivemos interesse pelo assunto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio científico avançado no exterior, realizado em Portugal, além de contribuir para nosso crescimento científico, pessoal e acadêmico, proporcionou vivenciar outros contextos, outras culturas, outros caminhos, além de criar oportunidades para analisar e refletir sobre os obstáculos e desafios encontrados para a efetivação das propostas de Educação Integral tanto no Brasil com o Programa Mais Educação, como em Portugal com o Programa Escola a Tempo Inteiro. .

Nesse contexto acreditamos que a identidade da escola está sendo reconstruída; que repensar a prática pedagógica e reconhecer a diversidade cultural na instituição escolar é um grande passo para resgatar a escola como espaço público e de direito.

Portugal é um país de belezas ímpares, lugares fantásticos, uma pena conhecermos tão pouco da sua cultura e história, pois durante nossa vida escolar no Brasil, o que se aprende de Portugal, não vai além do período colonial.

A receptividade dos portugueses em todos os lugares, em especial na Universidade do Minho, em Braga, reflete com certeza, as boas relações e o respeito existente entre os dois países, no caso Brasil e Portugal e entre as duas universidades UMINHO e PUC/SP.

Nas visitas às escolas, sem antecipar ou precipitar as nossas conclusões, visto que ainda estamos em fase de coletas de dados, observamos que Portugal, apesar de ainda estar em 27º lugar nas avaliações do PISA, já está muito a frente em termos de políticas educacionais de ampliação da jornada escolar e avanços na educação em



relação ao Brasil, ressaltando as dificuldades, os momentos e as experiências bem sucedidas dos dois países.

A Escola a Tempo Inteiro associa-se à criação e generalização de condições que permitem aos alunos a sua permanência na escola pública, acompanhados e enquadrados em atividades educativas ao longo de todo o tempo escolar diário, ressaltando que as escolas em Portugal, funcionam em turno único, com o desenvolvimento das atividades letivas em regime normal, onde são valorizadas as áreas curriculares, diferentemente das escolas no Brasil, que ainda funcionam em dois turnos, apesar das iniciativas de implantação e implementação das propostas de jornada ampliada.

Os avanços das políticas de ampliação da jornada em Portugal, são evidenciados também pela generalização do fornecimento de refeições, melhoramentos e adaptações dos espaços escolares já existentes ou construção de novos edifícios, a par do encerramento de escolas de reduzidas dimensões e à criação dos agrupamentos de escolas.

Mas, diante de um contexto geral, podemos concordar com o Professor Pacheco em aula proferida aos Professores do Instituto Federal do Rio Grande Norte, dia 07/05/2013, em que tivemos o privilégio de poder assistir: *“Estamos caminhando cada vez mais para a estandardização dos resultados em detrimento aos processos”*, e isto é uma característica comum na educação dos dois países, onde se busca a qualidade do ensino e os investimentos em educação a partir dos resultados das avaliações externas, no Brasil, conferidas pelos índices do IDEB.

Nossos resultados ainda são muito tímidos, pois ainda estamos em tempo de estudos, coleta de dados, ressignificação de conceitos e de novas aprendizagens, mas numa pequena reflexão, podemos acreditar que a ampliação do tempo pedagógico permite à escola, enquanto espaço social de apropriação, elaboração e reelaboração de conhecimento, incorporar em seu currículo, no caso de Portugal, atividades para o desenvolvimento de competências cognitivas e atitudinais necessárias para uma formação cidadã integral, apesar de algumas discontinuidades das políticas educacionais e do sucateamento dos espaços escolares, no caso do Brasil.



As atividades realizadas no outro da escola devem estar contidas no Projeto Político Pedagógico-PPP e instituídas em políticas públicas, para que não se tornem experiências esvaziadas pedagogicamente com o único intuito de preencher o tempo.

## REFERÊNCIAS

AFONSO. A. J. **Políticas Educativas e Avaliação Educacional**. Braga: Universidade do Minho/Centro de Estudos em Educação e Psicologia, 1998.

\_\_\_\_\_. **Avaliação Educacional: regulação e emancipação**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

\_\_\_\_\_. **Fragments de Escrita Pública**. Páginas da página da educação. Porto: Profedições, 2012 a.

BRASIL. Lei n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa Interministerial n. 17**. Institui o Programa Mais Educação. Brasília DF, 2007.

COSME. A.; TRINDADE R. **Escola a Tempo Inteiro**: escola pra que te quero. Porto: Profedições / Jornal a Página da Educação, 2007.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências Humanas e Sociais**. 4.ed. Petrópolis,RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa em ciências Humanas e Sociais**. 9.ed.São Paulo: Cortez, 2008.

ESTEBAN. M.T.; AFONSO. A. J. (Orgs.). **Olhares e Interfaces** - reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010.

PACHECO. J. A. **Políticas de Integração Curricular**. Porto: Porto Editora, 2000.

PIRES. C. A. A. **Escola a Tempo Inteiro** – Operacionalização de uma política para o 1.º ciclo do Ensino Básico: uma abordagem pela “análise das políticas públicas”. 2012.Tese (Doutorado em Educação) - Administração e Política Educacional, Universidade de Lisboa, Instituto de Educação, 2012.

PORTUGAL.Ministério da Educação.Disponível em: <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-educacao-e-ciencia.aspx>, Acesso em: 10 abr.2013.

YIN, R.K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos.3.ed. Porto Alegre:Bookman,2005.



XI Encontro de Pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Currículo

# Currículo: tempos, espaços e contextos

29 e 30 de outubro de 2013

